

Alerta Legislação nº 6, de 04 a 09 fev. 2019

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 17, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2019

Delega competência de classificação de informações nos graus ultrassecreto e secreto do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para autoridades da Agência Brasileira de Inteligência.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
04/02/2019 a 09/02/2019	<i>Não houve</i>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) → Procuradoria-Geral da União <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 22 DE JANEIRO DE 2019</u> Disciplina os critérios e procedimentos relativos ao ajuizamento de ações regressivas pela Procuradoria-Geral Federal no exercício da representação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI) <u>PORTARIA Nº 17, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Delega competência de classificação de informações nos graus ultrassecreto e secreto do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para autoridades da Agência Brasileira de Inteligência.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT <u>DESPACHO Nº 4.875.161 SEI-GEST-ESTRATÉGICO-DEJUR, DE 21 DE JANEIRO DE 2019</u> (...) PROGRAMA DE REALIZAÇÃO DE ACORDOS DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (PRAECT 2- REFIS POSTAL 2): (...) Art. 1º Fica instituído o Programa de Realização de Acordos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PRAECT 2 - REFIS POSTAL 2), sem limite de valor, com observância das diretrizes expostas a seguir: (...)
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 10/GM-MD, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito da Defesa. COMANDO DO EXÉRCITO (COMEXE) → Comando Logístico (COLOG) →→ Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados <u>INSTRUÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA Nº 20, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre procedimentos administrativos relativos ao cadastro de armas de fogo no SIGMA.
Ministério da Economia	BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>RESOLUÇÃO Nº 4.710, DE 31 DE JANEIRO DE 2019</u> Altera a Resolução nº 4.707, de 19 de dezembro de 2018, que estabelece condições e procedimentos para a realização, por instituições financeiras, de operações de crédito vinculadas a recebíveis de arranjo de pagamento. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.709, DE 31 DE JANEIRO DE 2019</u> Institui exigibilidades adicionais de aplicação em crédito rural dos Recursos Obrigatórios e da Poupança Rural para o período de 1º de fevereiro a 30 de junho de 2019; ajusta condições do direcionamento dos recursos captados por meio de emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (MCR 6-7) destinado ao financiamento de operações de crédito rural; e altera os fatores de ponderação incidentes sobre as operações lastreadas com Recursos Obrigatórios (MCR 6-2) ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) a partir de 1º de julho de 2019. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.708, DE 31 DE JANEIRO DE 2019</u> Regulamenta a restituição de valores creditados indevidamente em razão de óbito, em favor de pessoa natural falecida, em instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, por pessoa jurídica de direito público interno, conforme Medida Provisória nº 871, de 18 de

[janeiro de 2019.](#)

→ **Diretoria Colegiada (DC)**

CIRCULAR Nº 3.926, DE 31 DE JANEIRO DE 2019

Altera a Circular nº 3.924, de 19 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a utilização de recebíveis de arranjo de pagamento em garantia de operações de crédito.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

→ **Vice-Presidência de Fundos de Governo e Loterias**

CIRCULAR Nº 848, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2019

Regulação da Loteria de Prognóstico Específico Sobre o Resultado de Sorteios de Números e de Entidades de Prática Desportiva: LOTO XIII - TIMEMANIA

CIRCULAR Nº 847, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2019

REGULAÇÃO DAS LOTERIAS DE NÚMEROS: LOTO III - QUINA/ LOTO V - MEGA-SENA/ LOTO VIII - LOTOMANIA/ LOTO IX - DUPLA SENA / LOTO XII - LOTOFÁCIL/ LOTO XIV - DIA DE SORTE

CIRCULAR Nº 846, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2019

Regulação das Loterias de Prognósticos Esportivos Loto X -Loteca e Loto XI - Lotogol

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI

CONSULTA PÚBLICA Nº 1, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2019

(...)

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à nova versão das DIRETRIZES DE EXAME DE PEDIDOS DE PATENTE NA ÁREA DE BIOTECNOLOGIA.

(...)

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 1.144, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019

Estabelece procedimentos a serem observados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União na abertura, por atos próprios, de créditos autorizados na Lei Orçamentária de 2019 e na reabertura, por atos próprios, de créditos especiais, e dá outras providências

PORTARIA Nº 1.035, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2019

Institui procedimentos para solicitação de alteração nas estimativas de arrecadação das receitas orçamentárias da União referentes ao exercício de 2019 e à elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

→ **Secretaria de Comércio Exterior**

CIRCULAR Nº 5, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2019

(...)

1. **Encerrar a revisão da medida *antidumping*** instituída pela Resolução CAMEX nº 2, de 5 de fevereiro de 2013, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 7, de 5 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) de 6 de fevereiro de 2018, sem prorrogação da referida medida, uma vez que não houve comprovação da probabilidade de retomada de *dumping* nas

	exportações da União Europeia e da Nova Zelândia para o Brasil de leite em pó, integral ou desnatado, não fracionado, classificado nos itens 0402.10.10, 0402.10.90, 0402.21.10, 0402.21.20, 0402.29.10 e 0402.29.20 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, e do dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, no caso de extinção da medida <i>antidumping</i> em questão, nos termos do art. 106 do Decreto no 8.058, de 2013. (...)
Ministério da Infraestrutura	AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC <u>RESOLUÇÃO Nº 502, DE 30 DE JANEIRO DE 2019</u> Altera dispositivos do Regimento Interno da ANAC.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL <u>PORTARIA Nº 42, DE 25 DE JANEIRO DE 2019</u> Cria a Comissão Técnica de Avaliação de Projetos de Inovação e Tecnologia no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional.
Ministério do Meio Ambiente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>PORTARIA Nº 349, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Delegar competência ao Diretor da Diretoria de Licenciamento Ambiental (Dilic) e ao Diretor da Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas (DBFlo) para conceder Autorizações de Supressão Vegetal (ASV), no âmbito do Ibama. (...)
Ministério de Minas e Energia	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP <u>PORTARIA Nº 42, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Fica estabelecida a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos (PGRCI) com a finalidade de estabelecer os princípios, objetivos, diretrizes e responsabilidades da gestão de riscos e de controles internos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
Ministério da Saúde	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 263, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre o registro de medicamentos radiofármacos de uso consagrado fabricados em território nacional e sobre a alteração da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 64, de 18 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o registro de Radiofármacos. <u>RESOLUÇÃO Nº 262, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2019</u> Altera o item 8, Capítulo XXXVII da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 81, de 5 de novembro de 2008, que dispõe sobre o

	Regulamento Técnico de Bens e Produtos Importados para fins de Vigilância Sanitária.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO Nº 2.227, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Define e disciplina a telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias.
Ministério Público da União	ATOS DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA <u>PORTARIA Nº 76, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Regulamenta, no âmbito do Ministério Público Eleitoral, a atuação concentrada em polo junto ao Ofício da Procuradoria Regional Eleitoral, fixando seus Ofícios.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
09/02/2019	<u>DECRETO Nº 64.110, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dá nova redação e acrescenta dispositivos que especifica ao Regulamento do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo – IPEM/SP, aprovado pelo Decreto nº 55.964, de 29 de junho de 2010 , e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 64.109, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Cria os 6º, 7º, 8º e 9º Batalhões de Ações Especiais de Polícia (6º, 7º, 8º e 9º BAEPs), sediados em São Bernardo do Campo, São Paulo, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, respectivamente, altera a redação dos dispositivos que especifica do Decreto nº 63.784, de 08 de novembro de 2018 , que dispõe sobre a estruturação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Regional (SDR)	FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE) <u>PORTARIA SEADE 008/2019, DE 1-2-2019</u> Dispõe sobre aplicação de multas nos instrumentos de natureza obrigacional celebrados no âmbito da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE previstas nos artigos 79, 80 e 81 da Lei estadual 6.544/1989 (*), combinados com os artigos 81, 86 e 87 da Lei federal 8.666/1993 e artigo 7º da Lei federal 10.520/2002 (*) Normas para licitações

Desenvolvimento Econômico (SDE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SDE - 1, DE 31-01-2019</u> Determina a revisão do modelo adotado, no exercício de 2018 (projeto "JEPOE"), para o Programa Via Rápida 18.
Fazenda e Planejamento (SFP)	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>PORTARIA CAT 12, DE 05-02-2019</u> Disciplina a coleta de dados para apuração dos índices de participação dos municípios paulistas no produto da arrecadação do ICMS e dispõe sobre a apresentação de impugnação pelas prefeituras
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 4-2-2019</u> Dispõe sobre o edital referente ao Concurso de Promoção para os/as Defensores/as Públicos/as ocupantes dos cargos de Nível III para o Nível IV da Carreira de Defensor/a Público/a do Estado, relativo ao ano de 2019
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
08/02/2019	OFÍCIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2003663-93.2018.8.26.0000 Autor: Procurador Geral de Justiça Réu: Governador do Estado de São Paulo Interessado: Procurador Geral do Estado Advogado: Jose Renato Ferreira Pires Advogada: Liliane Kiomi Ito Ishikawa EXTRATO DA DECISÃO: "(...)Ante o exposto, concedo excepcionalmente o efeito suspensivo, apenas para o fim de preservar os contratos já celebrados com fundamento na Lei Complementar Estadual nº 1.093/2009, observados os respectivos prazos de vigência, até que se finalize, neste Tribunal de Justiça, o juízo de admissibilidade recursal, inclusive com a análise, pela Câmara Especial de Presidentes, de eventual agravo interposto com fundamento no art. 1.030, §2º, do CPC, suspendendo-se, nesse interregno, o prazo de modulação de 120 dias. Com isso, espera-se que a Administração Pública envide todos os esforços, nesse interregno, no sentido de promover os atos necessários para a realização ou finalização de concursos públicos para as atividades atingidas. Não ficam autorizadas, contudo - e isso é importante ressaltar, pois há sugestão nesse sentido na peça de fls. 441 e seguintes - novas contratações ou mesmo prorrogações dos contratos existentes, em desacordo com o decidido pelo C. Órgão Especial. (...) Assim, passa-se à admissibilidade dos recursos extraordinários (fls. 397/406 e 427/438). Irresignados com o acórdão proferido pelo C. Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que

	julgou procedente a ação, com modulação, para declarar a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei Complementar 1.093, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual, o Procurador Geral do Estado de São Paulo e a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e seu Presidente interpueram recursos extraordinários com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal. (...) Ante o exposto e com fundamento no art. 1.030, inciso I, alínea "a", do Código de Processo Civil, nego seguimento aos recursos extraordinários. (...) São Paulo, 29 de novembro de 2018. MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS Presidente do Tribunal de Justiça PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 17, DE 2019</u> Altera a nomenclatura / terminologia merenda escolar para alimentação escolar com critérios DOE, Legislativo, 08/02/2019, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 16, DE 2019</u> Institui, no âmbito Estado de São Paulo, o "Programa Ensino Apartidário". DOE, Legislativo, 08/02/2019, p. 7
07/02/2019	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 13, DE 2019</u> Revoga a Lei Nº 15.556 de 29 de agosto de 2014 (*) (*) <i>Restringe o uso de máscaras ou qualquer paramento que oculte o rosto da pessoa em manifestações e reuniões, na forma que especifica, e dá providências correlatas.</i> DOE, Legislativo, 07/02/2019, p. 9 PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 2019</u> Susta, nos termos do inciso IX do artigo 20 da Constituição Estadual, os efeitos do Decreto nº 64.074, de 18 de janeiro de 2019, o qual regulamenta a Lei Estadual nº 15.556/14. DOE, Legislativo, 07/02/2019, p. 10 <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2019</u> Susta, nos termos do inciso IX do artigo 20 da Constituição do Estado, o Decreto nº 64.074, de 18 de janeiro de 2019, que regulamenta a Lei Estadual nº 15.556/14, que visa restringir uso de máscaras e dá outras providências. DOE, Legislativo, 07/02/2019, p. 9 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA ATO GP Nº 03/2019 Dispõe sobre a suspensão de expediente nas dependências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no exercido de 2019. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI, ouvido o E.

	Plenário da Corte, e no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE: Artigo 1º - No exercício de 2019, não haverá expediente na Sede e Unidades Regionais do Tribunal de Contas do Estado nas seguintes datas: 4 de março - segunda-feira - Suspensão de expediente; 5 de março - terça-feira - Carnaval; 18 de abril - quinta-feira - Endoenças; 19 de abril - sexta-feira - Paixão de Cristo; 1º de maio - quarta-feira - Dia do Trabalho; 20 de junho - quinta-feira - Corpus Christi; 21 de junho - sexta-feira - Suspensão de expediente; 8 de julho - segunda-feira - Suspensão de expediente; 9 de julho - terça-feira - Revolução Constitucionalista; 28 de outubro - segunda-feira - Comemoração do Dia do Funcionário Público; e 15 de novembro - sexta-feira - Proclamação da República. Artigo 2º - No dia 6 de março (quarta-feira de cinzas), o expediente no Tribunal de Contas se iniciará às 13: 00 horas. Artigo 3º - Não haverá expediente no dia 20 de novembro (quarta-feira) na Capital e nos Municípios que instituíram o feriado comemorativo do Dia da Consciência Negra. Artigo 4º - No período de 19 de dezembro de 2019 a 3 de janeiro de 2020 o Tribunal de Contas estará em recesso, com compensação e serviços na forma a ser disciplinada. Publique-se. São Paulo, 1º de fevereiro de 2019. ANTONIO ROQUE CITADINI PRESIDENTE DOE, Legislativo, 07/02/2019, p. 14
06/02/2019	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 12, DE 2019</u> Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Vila Dignidade no município de Birigui, Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 06/02/2019, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 11, DE 2019</u> Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Vila Dignidade no município de São Lourenço da Serra, Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 06/02/2019, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 10, DE 2019</u> Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Vila Dignidade no município de Tanabi, Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 06/02/2019, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 9, DE 2019</u> Autoriza o Poder Executivo a criar Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal na Cidade de Birigui, Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 06/02/2019, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 8, DE 2019</u> Autoriza o Poder Executivo a criar Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal na Cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

	DOE, Legislativo, 06/02/2019, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2019</u> Autoriza a cessão de armas de fogo aos servidores civis e militares das carreiras de Segurança Pública após aposentadoria, reserva ou reforma. DOE, Legislativo, 06/02/2019, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 5, DE 2019</u> Autoriza ao Estado de São Paulo o custeio mensal de 25% das despesas com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU DOE, Legislativo, 06/02/2019, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2019</u> Cria o Plano Estadual de Desburocratização - Empreenda Fácil com o objetivo de simplificar e acelerar os processos de abertura, licenciamento e fechamento de empresas, e melhorar o ambiente empreendedor do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 06/02/2019, p. 12 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG Nº 04/2019 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna público que, a partir de 01/02/2019, em virtude dos novos mandatos eletivos para o exercício de 2019, a composição do Tribunal Pleno e das Câmaras Julgadoras passa a ser a seguinte: TRIBUNAL PLENO: reúne-se às 4^{as} feiras, às 10 horas Presidente: Conselheiro Antonio Roque Citadini Vice-Presidente: Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues Corregedora: Conselheira Cristiana de Castro Moraes Conselheiro Renato Martins Costa Conselheiro Robson Marinho Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às 3^{as} feiras, às 14h30min Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues – Presidente Conselheira Cristiana de Castro Moraes Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às 3^{as} feiras, às 10 horas Conselheiro Renato Martins Costa – Presidente Conselheiro Robson Marinho Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho SDG, 1º de fevereiro de 2019. ALEXANDRE TEIXEIRA CARSOLO SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL SUBSTITUTO DOE, Legislativo, 06/02/2019, p. 18
05/02/2019	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO PARCIAL AO <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 56, DE 2018</u> MENSAGEM A-nº 171/2018 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO (...) De iniciativa do Tribunal de Contas, a propositura prevê, entre outras medidas, a extinção de 27 (vinte e sete) cargos, sendo 5

	(cinco) deles desde a conversão do projeto em lei e 22 (vinte e dois) quando da vacância, bem como a criação de 21 (vinte um) cargos de provimento em comissão. (...) DOE, Legislativo, 05/02/2019, p. 9 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 206, DE 2018</u> Mensagem A-nº 005/2019, do Senhor Governador do Estado (...) De iniciativa parlamentar, a propositura determina que os fabricantes, importadores, distribuidores e revendedores de bicicletas são responsáveis, solidariamente, por fornecer junto com o produto os itens de segurança obrigatórios previstos no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, bem como material educativo sobre os equipamentos acessórios necessários e aqueles de uso recomendável ao condutor de bicicletas, além de publicação com os artigos do CTB aplicáveis ao trânsito desses veículos (artigos 1º e 2º). (...) DOE, Legislativo, 05/02/2019, p. 9
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
08/02/2019	<u>DECRETO Nº 58.623, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Aprova o Projeto de Intervenção Urbana para a Zona de Ocupação Especial do Complexo Anhembi – PIU-Anhembi, e dá outras providências.
07/02/2019	<u>DECRETO Nº 58.622, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Altera o artigo 1º do Decreto nº 58.262, de 5 de junho de 2018, que dispõe sobre a competência para a realização de procedimentos licitatórios e a gestão e fiscalização dos contratos daí decorrentes, na hipótese de bem ou serviço relacionado ao Plano Municipal de Desestatização, de que trata a Lei nº 16.703, de 4 de outubro de 2017.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço:http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107